

O MUNDO VIVIDO NA COMUNIDADE DOS BAGRES NO MUNICÍPIO DE VAZANTE (MG) ENTRE 1930 E 1980¹

THE WORLD LIVED ON THE BAGRES' COMMUNITY IN THE MUNICIPALITY OF VAZANTE(MG) BETWEEN 1930 AND 1980

Pedro Machado de Oliveira

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia
Professor da Rede Estadual de Ensino de 1º e 2º graus
quilombodosbagres@yahoo.com.br

Rossvelt José Santos

Professor Doutor do Instituto de Geografia
Universidade Federal de Uberlândia
rossvelt@ufu.br

Resumo

O trabalho analisa, inicialmente, o modo de vida dos negros da comunidade dos Bagres, localizada no município de Vazante-MG, de forma que compreendêssemos como descendentes de escravos vieram a se tornar proprietários de terras. A propriedade da terra deu-lhes a condição de sedentários, não sendo necessários constantes deslocamentos em busca de terras cultiváveis. Tendo a terra como base de sua reprodução, os negros desenvolveram os seus meios de vida de acordo com as necessidades e possibilidades de seu tempo. A produção camponesa na comunidade dos Bagres dava-se de acordo com a utilização da mão-de-obra familiar e com a eventual solidariedade de vizinhos na forma de mutirão; mas também de modo que se observassem os ciclos da natureza, que marcavam épocas de fartura na produção e épocas em que passavam por privações. O estado atual de intenso parcelamento das propriedades na comunidade dos Bagres mostra que a herança, como instituição contraditória, ao garantir o direito à terra aos herdeiros, promove a sua fragmentação.

Palavras-chave: Comunidade dos Bagres. Camponeses. Mercado. Cultura

Abstract

The work initially analyzes the way of life of black people in the 'Comunidade dos Bagres', in Vazante-MG, so that we can understand how slaves descendents became landlords. The property of the land gave them the condition of sedentary people, so that they did not have to look for arable lands. Having the land as a base for reproduction black people developed their own way of life in agreement with the needs and possibilities of the time. The peasant production in the 'Comunidade dos Bagres' was held according to family labor and with the eventual solidarity of neighbors in the form of a collective. It also depended on the observation of the cycles of nature, which would mark abundance times in the production as well as times of privations. The current intense division of the properties in the 'Comunidade dos Bagres' shows that,

inheritance as a contradictory institution when guaranteeing the right to the heirs, also promotes the fragmentation of the land.

Keywords: Community of Bagres. Peasants. Market. Culture

Introdução

O presente trabalho trata de analisar o modo de vida da comunidade dos Bagres que é originária de um quilombo que teve origem a partir de ex-escravos fugitivos das “lavras” de Paracatu-MG durante o ciclo da mineração. Trata-se de investigar como esta comunidade se constituiu, como foi o acesso à terra e como esta comunidade se reportou cultural e economicamente no lugar.

A comunidade dos Bagres é constituída por uma população exclusivamente negra. Situa-se na área rural do Município de Vazante, no Noroeste do Estado de Minas Gerais. As 60 famílias da comunidade ocupam uma área de aproximadamente 1200 hectares e vivem, em sua grande maioria, às margens do córrego dos Bagres, recurso hídrico que veio dar nome à comunidade. A formação deste núcleo populacional tem estreita relação com a cidade de Paracatu-MG que se desenvolveu a partir do século XVIII, através da atividade mineradora, utilizando para tal basicamente a mão-de-obra escrava. Existem, até hoje, laços familiares e relações de troca entre moradores da comunidade e a população dessa cidade.

A constituição da comunidade tem origem em duas famílias principais, “Mendes da Silva” e “Oliveira Costa”, que se estabeleceram no lugar, definindo as formas de ocupação, exploração e povoamento. No entanto, outras duas famílias existem em número considerável de pessoas, “Moreira” e “Ferreira”, porém ambas se consideram descendentes da família Oliveira Costa.

Assim, este trabalho foi desenvolvido tendo como procedimentos as entrevistas dialogadas com os informantes-chave, mais precisamente aquelas pessoas mais idosas, além de observações, descrição e análise do modo de vida das pessoas da comunidade. O nosso recorte histórico inicia-se na década de 1930, momento a partir do qual é possível obter informações diretas com os moradores, assim como os inventários pesquisados em cartório.

Os mais idosos descrevem um modo de vida pautado por relações clássicas, repletas de costumes e sabedorias, no qual a vida foi fluindo e promovendo a constituição da comunidade rural. Em princípio não nos preocuparemos em fazer uma análise das transformações trazidas pela industrialização e urbanização a partir da década de 1980 e as suas implicações no mundo vivido da comunidade. Já as décadas de 1980, 1990 e o início deste novo século marcam o começo de um período de transformações, de um novo ritmo de vida, adotado em parte pelos moradores da comunidade, por esta razão este trabalho contempla apenas o período de 1930 a 1980.

Procura-se analisar, por intermédio desse trabalho, o modo de vida característico dessa comunidade negra, rural, do interior do Brasil, partindo de um momento histórico em que o país era basicamente agrário, com o objetivo de analisar as estratégias, os arranjos e as combinações que permitiram à comunidade camponesa se manter na terra.

Pretende-se assim, estudar como a comunidade e as suas famílias obtinham os recursos necessários à existência social, como eram as relações de produção num período no qual o ritmo da produção obedecia ao ciclo da natureza, ou seja, das chuvas e da seca, das estações do ano, dos meses e dos dias. Analisaremos também a utilização dos recursos naturais pelas famílias da comunidade, a produção de alimentos para suprir as necessidades dos seus membros, a troca de excedentes, as estratégias comunitárias, as dificuldades e insegurança no que se refere à obtenção de alimentos e outros recursos necessários à vida.

A comunidade e as suas práticas sociais

A terra sempre foi vista pelos membros da comunidade dos Bagres como algo essencial para a sua existência e de onde sempre retiraram tudo aquilo de que necessitavam para o seu sustento. Na condição de produtores rurais camponeses, principalmente para os mais velhos, nas práticas cotidianas limitavam-se a plantar, colher e, naturalmente comer; enquanto que, para os jovens surgem outras necessidades como por exemplo, a aquisição de um veículo para passeio e roupas novas. Historicamente, a posse legal das terras assegurava-lhes a condição de sedentários, não sendo necessárias migrações constantes em busca de terras ainda não ocupadas.

Entendemos também que a comunidade dos Bagres reproduzia-se, considerando o período de estudo entre as décadas de 1930 a 1980, como uma comunidade camponesa – observadas as suas especificidades históricas e culturais, pois aparecem aí condições para que ela seja definida como tal.

Não pretendemos trazer para o momento, profundas discussões acerca do termo camponeses, bem como não pretendemos analisar as suas faces nos distintos momentos históricos; queremos somente situá-los como camponeses que conseguiram se reproduzir de acordo com as possibilidades do seu tempo e alguns atributos próprios, que nos levaram a pensá-los como produtores familiares.

A propriedade da terra e dos meios de produção, a utilização da mão-de-obra familiar sem a existência de salários, a produção destinada à reprodução da família e da comunidade, com eventuais sobras para o mercado e, somando-se a isto, a criatividade e a capacidade de desenvolver estratégias de produção de acordo com as possibilidades do meio no qual estão instalados foram os elementos que nos permitiram analisá-los como produtores familiares.

Não queremos afirmar que, para serem camponeses, sejam necessárias todas as condições supra citadas. O fato de estarem pouco integrados ao mercado, em certas épocas, e posteriormente virem se integrar a esse mercado, não os afastou da condição de camponeses; o que ocorre são adaptações nos seus modos de produzir e nos seus meios de vida.

Assim entendemos que os camponeses não deixam de ser camponeses por estarem integrados ao mercado, Santos (1993, p.51), da mesma forma, entende o camponês com base em Chayanov afirmando que ele “não deixa de ser camponês para ser um burguês, simplesmente por que se torna um conhecedor do mercado ou porque nesse processo deixa de ser inocente”. A sua vinculação com o mercado não é suficiente para transformar por completo o camponês, pois esse vínculo não vai impedir que ele continue desenvolvendo o seu próprio modo de vida; não se pode, por esta contingência, dar a ele nova classificação.

O fato de ser dono de pequenas parcelas de terra dá ao camponês dos Bagres a possibilidade de se reproduzir sem a necessidade de vender diretamente sua força de trabalho para o capitalista, de maneira que ele não precise obedecer horários fixos e imposições que derivam de relações de trabalho baseada em contratos.

Com isso o camponês parece ocupar um lugar diferenciado dentro do modo capitalista de produção - ele não recebe salários ao trabalhar em sua terra e não necessita vender sua força de trabalho como mercadoria. Também não é pagador de salários porque não é proprietário do capital utilizado na reprodução da sua família.

É mais aceitável para o camponês dos Bagres obedecer aos ritmos estabelecidos pela natureza do que obedecer aos padrões estabelecidos pelo capital. No imaginário do camponês dos Bagres, não existe patrão, visto que, com a posse das terras, é ele quem controla o seu próprio trabalho, é ele quem produz o seu próprio modo de vida. Mas sabemos que não ocorre exatamente assim, já que as atividades produtivas desse camponês, no momento em que ele se especializa na produção de leite, passam a ser orientadas de acordo com as necessidades de mercado da Nestlé.

O fato de não ter patrão justifica a inexistência de salário na vida do camponês, e por ser pequeno ele não consegue também pagar salários eventuais para os vizinhos que o ajudam em sua propriedade. Desde o ano de 1979, o seu patrão é a Nestlé, que os obriga a cumprir metas de produção, mas como ela não interfere insistentemente na produção, eles mesmos se consideram livres. A liberdade para eles é a condição de poder produzir parte de sua alimentação ou mesmo organizar o tempo de trabalho na produção.

Essa aparente liberdade tem o seu preço - a carga de trabalho excessiva, juntamente com sua família. Trabalhando muito, inclusive aos sábados, domingos e feriados, o camponês luta para manter o seu modo de vida, ou seja, manter-se camponês, não ser expropriado ou não se tornar um assalariado urbano; contudo, ele não quer para seus filhos um modo de vida semelhante ao seu. Vê no estudo dos filhos a possibilidade de se reproduzirem na cidade como trabalhadores urbanos.

Entendemos que no período de 1930 a 1980 as relações dos camponeses dos Bagres com o mercado e o capital eram menos intensas do que aquelas verificadas após a década de 1980. Entendemos assim o camponês dos Bagres como mais próximo do camponês clássico, no seu sentido mais puro, produzindo de forma quase independente a sua existência. Além disto, as imposições do mercado ainda não tinham provocado transformações nos seus modos de vida. A sua reprodução se dava basicamente com o uso da terra própria e da mão-de-obra familiar.

A produção na propriedade camponesa, além de ser realizada sem o pagamento de salário, uma vez que esse, via de regra, é substituído pela mão-de-obra familiar e pela solidariedade dos vizinhos, é proporcional ao número de braços existentes na unidade de produção. Como indica Brandão (1986), o trabalho produzido por um filho é sempre maior do que os seus gastos:

Um filho normalmente produz mais para a família do que consome e o conjunto dos vários filhos adolescentes e jovens permite à família camponesa o abandono quase completo do trabalho assalariado complementar feito por estranhos (BRANDÃO, 1986, pp. 45-46).

Dessa forma, a diferença entre o que foi produzido e o que foi gasto pelo filho é apropriada pelo pai e investida na propriedade. Porém, o filho que participou com sua força de trabalho por determinado tempo, sem receber salário, tem no momento de seu casamento a oportunidade de separar um pedaço de terra sem pagar o valor correspondente. A propriedade da terra, para o filho, é assegurada pelo trabalho antecipado e sem remuneração. Dessa forma, sem haver salários, sem haver pagamentos pelo trabalho, o filho se torna legítimo proprietário, fato que se consolida definitivamente com a herança da terra.

Compreender a lógica da existência camponesa é entender que o camponês trabalha e se reproduz mesmo sem salário. Recorremos aos “*Camponeses*”, de Margarida Maria Moura (1978), em que a autora expõe a lógica camponesa.

Analisando Marx e Chayanov, a autora pressupõe a economia camponesa como modo de produção mercantil simples, expressa pela fórmula M-D-M, em que “a venda de uma mercadoria resulta em dinheiro para adquirir outra. A circulação da produção camponesa propicia, assim, uma reprodução simples da riqueza, isto é, sem acrescentá-la nem diminuí-la” (p57). Essa lógica camponesa contrasta com a lógica do capital, expressa na fórmula D-M-D, em que o dinheiro compra a mercadoria para produzir mais dinheiro.

A empresa capitalista que se reproduz ampliadamente será aquela em que o total de despesas com salários e materiais seja sempre inferior à renda bruta, propiciando a existência de lucros. Neste empreendimento a atividade se torna lucrativa quanto maior for o valor adquirido com a venda de sua mercadoria e menor o valor das despesas com

salários e meios de produção. A unidade camponesa, ao produzir segundo esses mesmos padrões, pode gerar excedentes, pois aí não existem gastos com salários.

Se em um empreendimento capitalista o valor de venda de sua mercadoria é inferior aos seus gastos com salários e meios de produção, ele se torna deficitário. Já a unidade de produção camponesa, produzindo de forma semelhante, pode ainda assim ter rendas, pois aí não existem gastos com salários.

É nesta racionalização da produção que consiste a lógica da existência camponesa, a ausência da categoria salário; a ética e a moral dos familiares garantem a reprodução desse tipo de economia. O preço que se paga para continuar sendo camponês, quase sempre é a jornada de trabalho excessiva, sem a devida remuneração.

Por outro lado, a empresa capitalista, que busca apenas a reprodução do capital, não “resiste” se não obtiver rendas, lucro, isto é, ela necessita retirar das relações com o capital mais vantagens do que aquilo que ela investiu, seja na compra da terra, seja nos equipamentos de produção ou ainda nos gastos com mão-de-obra.

Contudo, não podemos pensar o produtor camponês dos Bagres na atualidade como os analisamos na década de 1930 ou 1940, pois o atual, já se encontra tecnificado e integrado ao mercado. Como indica Moura (1986), historicamente o camponês vem sofrendo transformações. Transformações estas que não implicam nem significam sua extinção:

Na maioria, porém, o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal. Teve suas formas de produção e organização de vida redefinidas e, em larga medida, postas a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem da reprodução do capital (1986, p. 18-19).

Ao camponês integrado no mercado aparecem maiores possibilidades de transformação. Nesse contato com o mercado e o capital o camponês não se apresenta indiferente ao avanço do capital, assim como afirma Rosselvelt José Santos em sua Dissertação de Mestrado, “A produção camponesa virando negócio”.

A relação do camponês com o capital é marcada por possibilidades de transformação desse produtor familiar. Em síntese, reprodução e eliminação. Perceber nesse movimento que o camponês não é uma criatura indiferente às transformações desse mundo significa entendê-lo como sujeito dinâmico de dentro do modo de produção capitalista (SANTOS, 1993, p. 32).

Vimos que o camponês ao longo da história pode ser transformado e sofrer adaptações; contudo, seu modo de vida não é extinto. Em Santos (1993), vimos que ele não é eliminado devido a dois fatores: primeiro porque ele, com sua habilidade, saberes e fazeres, continua sendo camponês e produzindo o seu próprio modo de vida. Também não é interessante ao capital a extinção do camponês, uma vez que ele representa mão-de-obra disponível sem nenhum custo no que se refere à sua formação.

Percebemos assim que o camponês tende a continuar existindo, promovendo suas adaptações de acordo com as circunstâncias, mas não deixando de ser identificado como um produtor camponês, cuja base é a família e a comunidade.

Nos Bagres, a escolha das terras para a produção, realizada a partir de técnicas e sabedorias desenvolvidas e transmitidas ao longo de gerações, torna-se um sinal claro de que os produtores familiares do antigo quilombo mantinham uma identidade com o meio onde viviam e conheciam maneiras de utilizá-lo em seu benefício para produzir o seu modo de vida.

O seu mundo vivido é então definido pela experiência com o meio natural, pelas relações de proximidade e conhecimento que o homem dos Bagres estabelece com a natureza. É o aprendizado proporcionado àquele homem pela sua experiência e ligação direta com a natureza que o faz reconhecer os seus sinais e compreender o seu próprio ciclo. Sendo o camponês o sujeito ativo da construção do seu mundo vivido, ele estabelece no lugar as relações necessárias à sua existência social e territorial, definindo o seu modo de vida a partir das suas interações com os ciclos da natureza que definem, por sua vez, os períodos de plantio e colheita. Margarida Maria Moura (1986) afirma que a relação de proximidade do camponês com a natureza qualifica-o como conhecedor da mesma:

O camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a uma determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar de ciência (MOURA, p. 09).

A relação com o mercado até 1980 lhe proporcionara criar condições para construir o seu próprio modo de vida, o seu mundo vivido, pautado em relações sociais

e estratégias criadas pelos camponeses para garantir a reprodução do grupo, dentre elas a solidariedade entre vizinhos.

As práticas socioculturais e as condições de existência dos camponeses

A produção agrícola que garantia a reprodução da comunidade dependia diretamente da regularidade na distribuição das chuvas. Por ser uma comunidade rural no Noroeste do Estado de Minas Gerais, cujo clima é o tropical típico, ou seja, duas estações bem definidas durante o ano, sendo o verão quente e chuvoso e o inverno frio e seco, o ritmo da produção obedece claramente ao ciclo das chuvas. O tempo das águas é o tempo da fartura, das colheitas e a renovação da vida para os moradores da comunidade; o tempo da seca, por sua vez, é o tempo da carestia, das privações.

A produção na propriedade camponesa dependia principalmente da fertilidade de suas terras. Tal característica podia ser observada pela densidade e pela presença de algumas espécies vegetais como Aroeira, Jatobá e Angico. As áreas de mata densa eram os lugares de solos mais férteis, enquanto as áreas de vegetação rala com o predomínio de gramíneas eram solos mais pobres.

A sua cor denotava outro indício de fertilidade. Segundo o entendimento local, quanto mais escuras fossem as terras, mais férteis seriam e, por conseqüência, estariam implicadas em valorizações materiais e imateriais. As terras de cultura que aparecem junto aos cursos de água eram preferencialmente as mais utilizadas. Os membros da comunidade dizem que procuravam entre as terras virgens o que eles chamavam de “gemas de cultura” para ali instalarem suas roças. Já as terras vermelhas de Cerrado mais denso, mesmo não sendo as preferidas e sendo menos valorizadas, eram também utilizadas no processo de produção, principalmente como pastagem no período seco.

Sempre reconheceram a facilidade de trabalhar nas terras de cultura em detrimento das terras de Cerrado. Nessas últimas, menos férteis, os solos profundos drenam rapidamente as águas da chuva, são “terras mais secas”. No Cerrado as raízes profundas são as responsáveis pela rápida renovação da vegetação. Nas terras de cultura, o solo mais argiloso absorve e conserva por mais tempo a água, por isso são chamadas de terras mais frescas. Nessas terras, os vegetais não se recompõem tão rapidamente, pois suas raízes não têm a necessidade de buscar água em profundidade.

A preparação da terra para o plantio elimina quase toda a cobertura vegetal e o manejo da terra é mais prático para aquele agricultor.

A inserção na mata virgem, à foice, machado e fogo, eram procedimentos técnicos implicados em rituais de incorporação de novas terras ao ciclo produtivo. A derrubada da mata era apenas o começo desta atividade, em seguida o fogo era utilizado, gerando acúmulo de cinzas que, segundo os produtores familiares, seria a garantia e até mesmo a responsável pelo aumento da fertilidade da terra por alguns anos. Embora a experiência da queimada tenha, a médio e longo prazo, comprometido a qualidade do solo, segundo Antônio Cândido (1982), ela era, na verdade, uma alternativa do agricultor para preparar o solo, uma vez que ele ainda não tinha as tecnologias necessárias à melhor preparação do mesmo e melhor aproveitamento da madeira. Por essas razões, a queimada tornou-se uma técnica utilizada em quase todo o mundo tropical.

A prática da pecuária extensiva na comunidade justificava a necessidade de cercar as roças. As mesmas eram cercadas com parte da madeira do roçado, mas esta madeira, em poucos anos, já se encontrava em estado de deterioração. A madeira de melhor qualidade, por sua vez, era empregada na construção de moradias e benfeitorias junto à residência familiar.

Com relação à agricultura, a rotatividade no uso da terra era uma característica marcante. Após curto período de exploração era necessário deixar a terra descansar, visto que dependiam de sua fertilidade natural. Com o passar do tempo, a terra apresentava-se menos produtiva e apareciam ervas daninhas que aumentavam os dias de trabalho dos produtores de alimentos, assim eles preferiam abrir um novo roçado, já que viviam numa época cuja densidade demográfica permitia cultivar a terra praticando a técnica do pousio. “Era preciso deixar a roça encapoeirar de novo” dizem os mais velhos do lugar. O termo encapoeirar era utilizado nos Bagres para significar a volta da cobertura vegetal no lugar em que instalavam suas roças. A disponibilidade de terras virgens, mesmo não sendo em grandes quantidades, dentro e fora dos limites da comunidade, permitia a sua rotação. A produção no novo roçado, por serem terras descansadas ou nunca utilizadas, era significativamente superior em relação ao plantio realizado em roças cansadas. Enquanto este novo espaço era incorporado à produção, a antiga área era “abandonada” ao descanso até permitir posterior reutilização.

As terras consideradas menos férteis, cujos indicativos de baixa fertilidade eram a cor mais clara e a menor densidade vegetal, eram descartadas para a produção de alimentos. Justificam os camponeses que “eram terras que secavam primeiro”, não permanecendo por muito tempo úmidas, o que certamente, implicava no comprometimento dos resultados positivos da colheita. Porém, isso não significa que tais terras eram simplesmente descartadas pelos seus proprietários. Sua utilização, geralmente menos intensa, era disponibilizada de maio a setembro, à criação extensiva de gado. Ao final do período seco, mês de setembro, a prática de queimadas nas terras de cerrado e de campo também ocorria como método de renovação da pastagem. A vegetação de campo era o alimento do gado nos meses que antecediam o verão. O gado permanecia nestas áreas apenas o tempo necessário para a recuperação do capim “provisório”, o capim gordura, típico das terras mais férteis.

A intensidade na utilização da terra, a sua fertilidade natural e a sua produtividade, além de determinar o valor monetário, influenciava na construção das residências, uma vez que as terras de fundo de vale tinham água de boa qualidade para o uso doméstico. De acordo com observações em alguns inventários de terras da comunidade feitos nas décadas de 1930 e 1940 as terras de cultura tinham valor, em média, sete vezes superior às terras de cerrado. Analisando a situação atual das terras, um antigo morador nascido no final da década de 1910, observa a procura e utilização cada vez mais intensa do cerrado, percebendo claramente sua valorização nos tempos atuais. Em suas declarações, indiretamente, atribui esta recente valorização das terras à chegada de novas tecnologias no campo, mas principalmente devido ao acentuado crescimento populacional nas últimas décadas: “... se aumentou o povo, a terra tem que produzir mais, quer dizer, terra que não produzia nada, agora tem que produzir...” (Manoel Mendes da Silva, 87 anos).

Pela sua fala, compreendemos que, quando o povoamento era menor, a relação terra-habitante ocorria de uma forma que não justificava o uso agrícola de todas as suas terras. Entendemos ainda que, o aumento da população local também fez o homem buscar novas técnicas, como por exemplo, a mecanização, o uso de fertilizantes e a incorporação das terras de cerrado, com o objetivo de aumentar a produção de alimentos.

O aproveitamento das terras de cultura garantia farta produção, ou seja, os alimentos eram produzidos em quantidades que excediam as necessidades da família.

Quando esses cultivos eram realizados fora da comunidade, tornava-se necessária a autorização prévia do proprietário que cedia a terra para a produção mediante uma relação social característica do meio rural, denominada “à meia”, ou seja, metade da produção obtida era do dono da terra. O arroz e o feijão faziam parte da dieta básica dos produtores, porém o milho, além de cumprir com essa função, tinha uma finalidade ainda peculiar, a de alimentar galinhas e porcos, que representam a principal fonte de proteína animal da dieta alimentar dos produtores familiares dos Bagres.

A preparação da terra para o plantio ocorria sempre antes do ciclo de chuvas que se iniciava em meados do mês de setembro. A inexistência da mecanização era compensada pela mão-de-obra familiar e algumas relações comunitárias, como as trocas de dias de trabalho ou serviço e o mutirão. As famílias, quase todas numerosas, garantiam a força de trabalho nas atividades desenvolvidas na comunidade.

As elevadas taxas de natalidade no campo, comuns até a década de 1980, começam a declinar. Para os produtores familiares dos Bagres ter uma prole numerosa não era vista como algo negativo, ao contrário era algo vantajoso para a família, já que a produção agrícola era proporcional ao número de braços. A fertilidade do solo dependia da natureza, por isso a produção ficava na dependência da disponibilidade de se incorporar terras férteis e na capacidade dos produtores praticarem a rotação das mesmas. Nesse processo, foram garantindo terras sempre descansadas para a obtenção da produção em níveis satisfatórios para as famílias. Como dependiam da regularidade das chuvas, podemos imaginar que existiram épocas em que passavam dificuldades para obter seu sustento.

A cultura do milho era realizada utilizando-se o canto da enxada para fazer as covas, desta forma a semente era semeada irregularmente pelo terreno, pois não se faziam riscos em linhas regulares. Este tipo de técnica de plantio foi definido pelo Senhor Gustavo Mendes, 89 anos como forma de “triângulo”, dada a sua disposição no terreno. As linhas regulares, chamadas por eles de “becas” ou “ruas” só passaram a ser utilizadas quando os animais, cavalo e boi, foram introduzidos como força de trabalho no campo.

É bom salientar que enquanto a força humana era a única fonte de energia utilizada na produção, os instrumentos utilizados eram a enxada, enxadão, foice e machado, porém, para aproveitar a energia animal disponível, tiveram de adotar novos

equipamentos tais como o arado puxado por bois, a carpideira e o sulcador (chamado localmente de “surucador”). Esses dois últimos eram utilizados na limpeza da terra, enquanto o primeiro era utilizado no preparo da mesma. À medida que novos equipamentos foram sendo introduzidos no processo produtivo tinha-se no mínimo dois resultados diferentes: o primeiro é que a produtividade dos roçados tornava-se maior. Em segundo lugar, diminuía-se o tempo de trabalho comunitário dos produtores de alimentos. A introdução de novos equipamentos como a carpideira, sulcador e arado tracionado por bois, funcionou como uma etapa de transição entre aquele período em que a produção era baseada predominantemente no trabalho manual, para um período que se inicia na década de 1980, em que a produção, na sua maioria, é realizada por máquinas.

O cultivo do milho não trazia muitas preocupações porque sua colheita não tinha época determinada e sua palha o protegia das intempéries. Havendo necessidade, ou urgência com outras atividades, a colheita do milho poderia ser prorrogada. Segundo declarações do senhor Manoel Mendes: “o milho podia ser o primeiro a ser plantado e o último a ser colhido”. A colheita de milho ou a quebra de milho na roça era uma atividade que reunia muita mão-de-obra para sua execução. Consistia em retirar apenas as espigas e juntá-las no chão, ao mesmo tempo em que iam derrubando a cana do milho. Terminada essa etapa, os mesmos produtores iam com seus balaios ou jacás, feitos artesanalmente com bambu, para juntar o milho fazendo montes de até 40 balaios ou jacás. Contam que um carro de boi cheio comportava exatamente 40 balaios. Percebemos então duas unidades de medida: o primeiro é o balaio cheio que pesava mais ou menos 60 quilos, o segundo era o carro de milho que comportava um total de 40 balaios.

Seu armazenamento em paióis de madeira era seguro, pois evitava pragas como o caruncho. A técnica consistia no depósito de camadas alternadas e, para cada camada de milho, uma quantidade de água e sal. O sal desempenhava o papel de imunizador contra o caruncho. Afirmam os produtores “ se a gente guardasse o milho e não jogasse sal, o caruncho estragava tudo” . Ao processo de armazenamento do milho dava-se o nome de “guardar o milho”. Era daquele mesmo milho depositado no paiol que o agricultor escolhia as sementes da próxima safra. Para isso ele contava com as sabedorias que foram sendo passadas de geração em geração para escolher suas

sementes. “Milho para semente tinha que ser graúdo, de espiga grande e bem granada” afirmam os agricultores. Para que chegassem a resultados satisfatórios na colheita usavam apenas espigas bastante desenvolvidas e eliminavam os grãos das extremidades, aproveitando apenas as sementes da parte intermediária daquela espiga.

Os instrumentos de trabalho

Parte dos utensílios usados na produção daquele modo de vida ainda é mantida em casa por seus donos. Na casa da Dona Eva, alguns deles, foram encontrados em perfeitas condições de uso (Foto 01).



Foto 01: Dona Eva e alguns de seus instrumentos de trabalho – a roda de fiar, as cardas, a peneira, a cabaça, o pote e a cuia.

Autor: OLIVEIRA, P. M. de. (Janeiro/2003).

As cardas e a roda de fiar utilizadas no preparo do algodão, o moinho manual de café, a cabaça utilizada para levar água aos homens na roça, os potes de barro feitos para armazenar água potável em casa são objetos que um dia já foram indispensáveis para as populações locais e que não perderam totalmente sua função na atividade produtiva local.

Teares utilizados na confecção de cobertas e panos de algodão, arados e carros de boi, quando são encontrados na casa de um morador mais antigo, acham-se bastante deteriorados e sem condições de uso. Os carros de boi e arados, definitivamente foram substituídos por outras técnicas ou simplesmente eliminados do cotidiano da comunidade. No momento atual, o morador se vê na condição de poder usufruir de algumas inovações promovidas pela indústria e que ganharam espaço no lugar ao mesmo tempo em que utiliza parte de seus utensílios clássicos.

Em relação ao plantio, podemos afirmar que alguns dos produtores familiares plantam pequenas roças de milho, para manter a criação de animais domésticos, utilizando algumas técnicas habituais locais associadas com outras modernas. No preparo da terra, o arado puxado por bois, por exemplo, cedeu lugar para o trator, mas o plantio, principalmente em pequenas áreas ainda pode ser realizado com a utilização da tração animal e ferramentas clássicas como a matraca e a enxada.

Constatamos que alguns utensílios ainda persistem como elementos integrantes da produção, ora pela sua conveniência, ora pela impossibilidade do produtor familiar em mecanizar toda a sua produção. Imaginem a utilização de bois para arar 1 ou 2 hectares de terra.

No entendimento do produtor dos Bagres é mais caro manter de 6 a 8 bois no pasto o ano inteiro do que pagar pelo serviço do trator; por uma questão de agilidade é conveniente pagar pela máquina. Ainda segundo os produtores familiares o emprego da máquina o deixa livre para desenvolver outra atividade, no caso a ordenha do leite, que se tornou a principal atividade econômica dos Bagres.

Mas por que ele não eliminou o sulcador, a enxada e a matraca? Para o produtor familiar dos Bagres, o motivo é que tais instrumentos podem ser utilizados em pequenos plantios onde não é conveniente utilizar a máquina; porém percebemos que a manutenção de tais instrumentos dá-se muitas vezes pela impossibilidade econômica de mecanizar totalmente sua produção.

A mão-de-obra, nesses pequenos plantios é exclusivamente familiar. No plantio de milho na propriedade do Sr. José Catirina, o proprietário da roça (Foto 2) produz com auxílio de um filho, um genro e um neto (Foto 3).

Quando em pequenas quantidades, a colheita também não é mecanizada uma vez que não se encontra um proprietário de máquinas que esteja disposto a se deslocar para

realizar um trabalho que lhe dê pouco ou quase nenhum lucro. A colheita é realizada assim que o agricultor necessite da produção em seus paióis.

O milho, mesmo depois de ser colhido e armazenado, ainda serve de alimento para o gado, pois após sua colheita o rebanho é solto na roça onde eventualmente se encontram algumas espigas juntamente com a palhada seca. É vantajoso utilizar-se a palhada para alimentar o rebanho por determinado tempo, porque a silagem armazenada fica guardada.



Foto 02: Sr. José Catirina no plantio de milho.
Autor: OLIVEIRA, P. M. de. (Janeiro/2003).



Foto 03: O plantio de milho é realizado utilizando-se mão-de-obra familiar.
Autor: OLIVEIRA, P. M. de. (Janeiro/2003).

Com relação ao cultivo do feijão vimos que era realizado na mesma área do milho, porém em épocas diferentes. O plantio do feijão era realizado ao final da estação chuvosa, período em que o milho já estava por secar.

Todos plantavam o feijão a partir do mês de março, dada a sua menor exigência em relação à umidade. O excesso de chuvas, no entanto, era sinal de prejuízos nas lavouras de feijão. Cada cultura tinha a sua própria técnica de plantio, o milho era plantado em covas e o feijão era semeado a mão. Era uma atividade realizada em conjunto pelos camponeses, ou seja, enquanto alguns semeavam, outros revolviam o solo com enxadas, seja para eliminar ervas, seja para cobrir a semente lançada ao solo. Era comum, de acordo com o senhor Manoel Mendes, haver casos em que não se conseguia colher todo o feijão, de tão elevada a produção. A produção obtida pelos produtores era considerada farta, e o seu principal objetivo era garantir a existência familiar.

Quanto ao cultivo do arroz, podemos afirmar que ele necessitava de tantos cuidados quanto o feijão. O cuidado maior era no ato de semear, lançavam algumas sementes, pois as mesmas perfilhavam aumentando o volume dos cachos e, conseqüentemente a produção. A época do plantio e a terra utilizada tinham de ser diferentes, pois o arroz, para uma melhor produtividade, deve ser plantado em terrenos mais úmidos, geralmente as várzeas. A

colheita do arroz e feijão, ao contrário do milho, tinha sua época determinada. Corria-se o risco de perdas na produção caso não fosse realizada em tempo hábil. Por isso, a solução encontrada era recorrer ao auxílio dos vizinhos. Terreiros eram abertos em meio à roça onde rapidamente promoviam a malhação do produto. O armazenamento destes dois produtos era feito em tulhas.

As tulhas eram utensílios de madeira, na maioria das vezes com formato arredondado, fabricados artesanalmente pelos próprios camponeses. As tulhas ficavam num lugar da casa chamado despensa. Mas para Dona Eva 66 anos, às vezes era um problema quando não conseguiam armazenar o feijão com segurança, o mesmo acabava sendo atacado por caruncho. É bom salientar que, atualmente, este utensílio não é mais empregado para guardar os mantimentos uma vez que os membros da comunidade optam por adquirir os alimentos embalados pela indústria.

A solidariedade entre os vizinhos

Apesar de o trabalho familiar ser a organização social mais característica na comunidade dos Bagres, nem sempre a produção poderia ser realizada com a utilização apenas da mão-de-obra doméstica, principalmente, nos períodos de colheita. Em momentos de urgência, contavam com a colaboração dos vizinhos. Dentre as formas de auxílio, o mutirão foi o recurso comunitário de maior destaque, sendo que o “ajuntamento dos trabalhadores” era organizado pelo dono da roça. A vizinhança, ao receber o convite, logo se dispunha a ajudar, pois já sabiam que o chamado não era apenas para o trabalho, algo que também os interessava era oferecido: a festa.

Enquanto os homens se reuniam para realizar o trabalho na roça, as mulheres se reuniam para produzir tecidos a base de algodão. A cachaça, servida em algumas ocasiões, antes do almoço, por exemplo, tinha a função de estimular os “companheiros do mutirão”. Diziam que era para aumentar o apetite. Seguramente depois de algumas horas de trabalho braçal não seria necessário cachaça para abrir o apetite, mas também não podemos simplesmente duvidar daquilo que falam.

A ajuda no mutirão, para os donos da roça, era considerada um ato de amizade, um ato de consideração dos “companheiros” para com o vizinho. O mutirão realizado na comunidade mostra as mesmas características daquele observado por Antônio Cândido

em “Parceiros do Rio Bonito”, quando o autor descreve os modos de vida “caipira” no interior do Estado de São Paulo. Segundo o autor o mutirão:

(...) consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudar a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc , geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram (CÂNDIDO, 1982, p. 68).

Este clássico meio de organização social desenvolvido pelos moradores da comunidade dos Bagres, pode ainda ser observado, em algumas ocasiões, principalmente na colheita do arroz. Embora o mutirão faça parte de um mundo organizado a partir do ciclo da natureza e, portanto, muito comum até a década de 1980, em certos casos ele persiste e representa para a comunidade a capacidade de se organizar em grupo e a possibilidade de oferecer ao vizinho beneficiário a sua ajuda. Até a década de 1980, os mutirões eram realizados em quaisquer atividades que necessitassem de muita mão-de-obra como as colheitas de milho, feijão, limpeza de regos d’água, construção de casas, paióis, dentre outros e na limpeza (bateção) de pastos. Nesta última atividade diziam que a “derrubada” era uma prática idêntica ao mutirão desenvolvida pelos moradores, porém sempre acompanhada de músicas elaboradas por eles mesmos. Na verdade, a derrubada é um mutirão, mas pelo fato de estarem “derrubando”, cortando árvores, limpando os pastos, convencionou-se chamar de “derrubada”.

Durante as pesquisas, imaginávamos que tais práticas não existissem mais, entretanto fomos surpreendidos ao saber que um dos moradores, o Sr. João Preto estava com uma roça de arroz quase no ponto de ser colhida e que faria ali uma reunião de vizinhos para realizar a colheita. Assim pudemos acompanhar como se dá atualmente essa reunião, embora a mesma seja prática rara ultimamente.

Percebemos algumas adaptações em tal evento diante da nova condição dos membros da comunidade dos Bagres. Hoje os vizinhos não chegam cedo na roça uma vez que têm as suas obrigações com a criação de seu rebanho, muitas vezes o seu filho está na escola da comunidade ou já foi para a cidade. Assim costumam chegar a partir das 9 horas na roça e no mais tardar até as 11 horas da manhã. Ele contribui com o tempo que puder até que seu dever com o rebanho o obrigue a voltar para casa. Para o

dono da roça e do mutirão, não importa a hora em que o vizinho chegue, vale antes de tudo o esforço da contribuição dada para com a atividade desenvolvida em sua roça.

Nesse mutirão, a terra em que foi plantado o arroz não é propriedade do dono do cultivo e sim na propriedade de um vizinho da comunidade, o qual cedeu as terras de várzea. Mas quando o dono da terra necessita obter parte da colheita, os dois estabelecem um acordo, em que os percentuais que cabem para cada um são sempre acertados em função dos resultados obtidos com a colheita.

A colheita deu-se basicamente com o auxílio de 10 homens durante três dias seguidos. A colheita se constitui em um momento em que se reúnem apenas homens que ficam bastante à vontade nas suas conversas.

As mulheres só aparecem na hora de trazer o almoço na roça, voltando logo para providenciar a merenda. Uma vez ou outra, ouvem-se algumas risadas ruidosas, que indicam forte identidade entre os colaboradores. A prosa se prolonga durante o dia todo. Geralmente comentam sobre mutirões realizados anteriormente, falam das festas oferecidas ao final do trabalho, daquele que trabalhou pouco e festejou muito, daquele que nem vai à roça, mas sempre vai à festa e outros casos vivenciados no processo de fazer o mutirão.

Na colheita de arroz que acompanhamos não foi oferecida a festa, mas os ajudantes têm muito respeito com as possibilidades financeiras e as decisões do dono da roça. Como sabemos, aquele colaborador não cobra nada em espécie, tem apenas um ato de consideração com quem, na maioria das vezes, é seu parente próximo. Localmente, os mutirões eram realizados aos sábados, mas este que pudemos acompanhar diferenciou-se em função dos dias em que foi realizado, do grau de parentesco entre os envolvidos e também por não ter festa. A colheita coincidiu com um período de intensas chuvas no início do mês de março de 2004, assim o dono da roça preferiu fazê-lo no meio de semana para aproveitar a estiagem ou como dizem “o tempo aberto”, para que o arroz pudesse secar e proporcionar o armazenamento do produto com segurança (Fotos 04 e 05).



Foto 04: Colheita do arroz em terra de várzea. Os produtores preferem utilizar os solos mais úmidos para terem a certeza da colheita
Autor: OLIVEIRA, P. M. de. (Abril/2004).



Foto 05: Vizinhos e parentes se reúnem na empreitada do corte de Arroz.
Autor: OLIVEIRA, P. M. de. (Abril/2004).



Foto 06: Depois de cortados os mesmos trabalhadores realizam o trabalho de carregar o arroz para o terreiro para ser feita a malhação.

Autor: OLIVEIRA, P. M. de. (Abril/2004).



Foto 07: Depois de terem carregado o arroz para o terreiro realizam a malhação.

Autor: OLIVEIRA, P. M. de. (Abril/2004).

Outra forma de solidariedade, a traição, foi observada na comunidade, embora parecesse menos comum. A estratégia da traição era idêntica à do mutirão, mas o seu planejamento era um tanto diferente.

Enquanto o mutirão era planejado pelo próprio dono da roça, com a tácita obrigação de oferecer também a festa após o fim da tarefa, esta outra forma de auxílio era planejada em silêncio, pelos vizinhos, quando percebiam que as roças de um deles estavam mal cuidadas ou a ponto de sofrer perdas em função de intempéries (Fotos 06 e 07).

De acordo com os depoimentos de João Preto, quando o mutirão era realizado, os colaboradores reuniam primeiro na casa do beneficiário para avisar sua chegada, receber os cumprimentos e agradecimentos; já a traição, quando era realizada, os colaboradores se dirigiam logo à roça e algum deles ia avisar ao seu dono para que ele pudesse providenciar pelo menos a “bóia” (almoço).

Esta última forma de auxílio é caracterizada como um ato de salvação, um socorro dado pelos vizinhos àquele que não conseguiu realizar as tarefas em tempo hábil. Essa forma de colaboração é descrita por Antônio Cândido (1982, p. 69) em “Os parceiros do Rio Bonito” como sendo: “traição, para significar o caráter de surpresa, reservando-se o termo mutirão para a outra forma”. Diante do caráter de surpresa, na qual é realizada a traição, o beneficiário não tem a obrigação de promover a festa. A comida sim, ele é obrigado a servir, mesmo que de forma improvisada, o almoço e por vezes a merenda.

Em algumas falas dos produtores, pudemos observar que os mutirões realizados nos momentos das colheitas eram aqueles em que se via mais empenho dos trabalhadores. Os motivos seguramente estão relacionados ao fato de verem materializados os bons resultados no final do ano agrícola e também pela realização dos produtores como agricultores que têm uma forte identidade com a terra. Segundo João Preto “o trabalho de ajuda, seja mutirão ou traição, se concentrava nos períodos de derrubada, no plantio e na colheita”, mesmo que a derrubada não ocorresse em todos os anos. Segundo este mesmo produtor, uma vez lançada a semente na terra, a colheita estava praticamente garantida, pois os períodos de estiagem, por serem regulares raramente comprometiam os resultados (Foto 08).

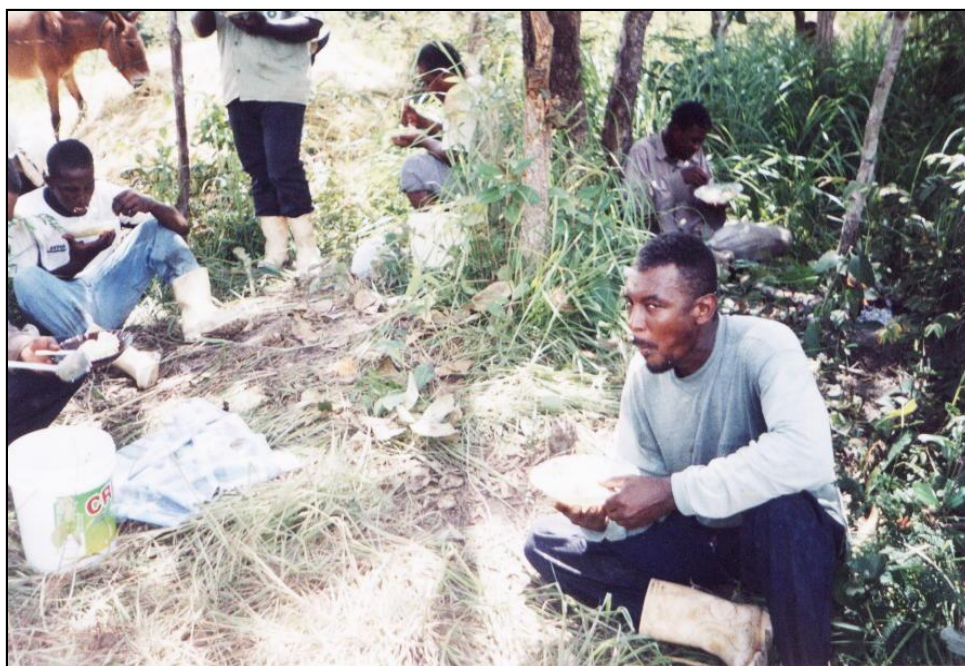


Foto 08: Momento do almoço para os colaboradores do mutirão.
Autor: OLIVEIRA, P. M. de. (Abril/2004).



Foto 09: Bois tracionando o engenho de cana-de-açúcar para realizar a produção caseira de rapaduras.
Atividade clássica que é mantida como parte das práticas da comunidade dos Bagres.
Autor: OLIVEIRA, P. M. de. (Abril/2004).

À medida que desenvolvíamos as pesquisas de campo, pudemos perceber a importância da cana-de-açúcar na vida dos moradores da comunidade dos Bagres.

Observamos que todas aquelas atividades descritas anteriormente como a produção de milho, arroz e feijão eram desenvolvidas nos períodos das águas.

A cana-de-açúcar tinha, ao contrário, o seu ciclo produtivo no período da seca, que ocorre entre os meses de maio e setembro. Livres das obrigações com os cultivos anuais que garantiam a sua existência, chegava-se a hora de produzir a rapadura, produto também indispensável na dieta do morador dos Bagres. O dono do engenho geralmente dispunha de uma área de terras de culturas, de um a dois hectares plantados sempre próximos aos córregos (Foto 09).

Ainda de madrugada, a família já estava de pé para ajuntar os bois a fim de moer a cana já armazenada no pátio do engenho. Pudemos observar que esse processo de produção era uma das atividades na qual o morador mais se empenhava. O compromisso de produzir a rapadura anualmente estava enraizado nos costumes de muitos daqueles moradores.

Acreditamos que nem todos eles tinham as condições de produzir por conta própria, pois além da necessidade de ter o espaço para o plantio da cana-de-açúcar, tinham também a necessidade de possuir entre o seu rebanho algumas juntas de bois para a tração animal do engenho.

No entanto, aqueles que não podiam desenvolver a atividade por conta própria, não ficavam sem a rapadura, uma vez que ao trabalhar para o dono do engenho, ele adquiria as condições de obtê-la.

Assim, como a prática do mutirão nos deixou surpresos, a descoberta de um morador que produz rapaduras trouxe-nos a possibilidade de não ficarmos apenas descrevendo antigas formas de vida. Mesmo que a produção não ocupe todo o tempo daquele morador no período seco, mesmo que a produção seja em pequena escala, mesmo que o morador não dependa tanto da produção da rapadura na sua alimentação, a atividade ainda se mantém como um dos elementos clássicos da vida da comunidade dos Bagres. Na foto 09, a produção de rapadura dá-se na pequena propriedade do Senhor Juvenal.

O mesmo produtor que produz rapaduras para o mercado orgulha-se também de não ter precisado ainda comprar arroz no mesmo período, uma vez que sua propriedade permite-lhe anualmente o seu plantio. Ao mesmo tempo em que a produção de

rapaduras vem sendo eliminada na maioria das propriedades, em outras, porém ela parece manter o seu espaço e importância.

A antiga produção de rapadura tinha o objetivo de garantir o atendimento das necessidades básicas da família, assim como o milho, arroz e o feijão, já a nova produção de cana-de-açúcar, também o leite, tem como objetivo alcançar o mercado. Mercado este que pode ser os próprios vizinhos da comunidade que, mesmo tendo eliminado tal atividade de suas práticas quotidianas, ainda reconhece o valor da rapadura e seus derivados na alimentação dos camponeses.

O trabalho no engenho de cana-de-açúcar ocupava os produtores durante os meses de estiagem. Terminada a produção de rapadura, o produtor familiar voltava-se às outras atividades produtivas associadas ao ciclo das chuvas.

Na comunidade dos Bagres, percebemos que o ritmo de vida do morador local era assentado nas estações do ano, pelos tempos de plantar e de colher. Plantava-se e colhia-se em épocas determinadas pelo ciclo natural do bioma do Cerrado. Numa comunidade na qual as atividades comerciais e de trocas monetárias eram limitadas, a preocupação primeira e/ou quase única do morador era produzir a sua autonomia alimentar. Em outras épocas do ano, já livre das obrigações agrícolas, os produtores familiares encontravam tempo para satisfazer outras necessidades, inclusive a de promover, de forma autônoma, o seu lazer.

As necessidades complementares eram obter, na cidade, bens de uso contínuo não produzidos na comunidade. Ferramentas e utensílios domésticos eram estrategicamente comprados no período que antecedia o novo ciclo de produção, visto que durante a realização das atividades produtivas não podiam se ausentar do trabalho para ir à cidade de Vazante ou Paracatu-MG, para adquirir tais ferramentas. Realizadas todas as tarefas necessárias, os produtores encontravam tempo para caçar, pescar e promover suas festas, os seus batuques, mesmo que ocorressem concomitantemente com as atividades agrícolas.

O batuque, ritmo de dança musicada, mostra em seus versos uma forte ligação com os elementos da natureza; ele era a dança da comunidade que motivava o ritmo de todas as festividades dos produtores dos Bagres.

Os mais experientes na prática do batuque garantem que as festas nem sempre tinham épocas pré-estabelecidas, bastava apenas que em determinada casa reunissem

peessoas em número suficiente para que elas acontecessem. Essas festas tinham também os seus simbolismos; às vezes representavam agradecimentos pela colheita farta ao final do ano agrícola, às vezes, simbolizavam incertezas e, contraditoriamente, a esperança de boas colheitas no ano seguinte.

A abundância de alimentos nas festas era uma marca da comunidade, porém, em algumas ocasiões, principalmente nos períodos que antecediam às colheitas, a comunidade sofria privações. Por isso a fartura das festas, nessas ocasiões, contrastava com a falta de alimentos, principalmente nos períodos secos. Numa época em que as técnicas de produção eram de certa forma rudimentares a dependência da fertilidade natural dos solos e das chuvas era absoluta. Dependência nem sempre relacionada à falta de saídas sociais, pois já vimos que a mão-de-obra familiar era abundante, nem tampouco relacionada à comunidade, pois dela os produtores podiam obter ajudas como a do mutirão e a da traição.

A “carestia” ocorria em épocas de secas prolongadas ou então nos períodos de veranico, pequena estação seca dentro do período chuvoso. A chuva, sinônimo de abundância e renovação da vida, era assim o elemento de ordem natural mais esperado durante o ano e pela qual se faziam promessas e festejos em pedido ou em agradecimento por sua chegada. O costume de se fazer a Festa de Reis foi reinventada num desses períodos de estiagem que levou o Córrego dos Bagres a secar. Desesperados, alguns produtores na década de 1960, reuniram-se e fizeram a promessa de que, se as águas voltassem a correr, fariam todos os anos, naquela mesma época, uma Festa de Reis como forma de agradecimento pela graça recebida. Os moradores nos afirmaram que no dia seguinte o córrego já tinha água, mesmo sem ter ocorrido chuvas. Em decorrência disto, a “Festa de Reis nos Bagres” é realizada até os dias de hoje, sempre no mês de julho, quando a estiagem é intensa.

A produção agrícola era praticamente consumida no local, uma vez que o comércio de grãos praticamente não existia para fora da comunidade. Considerando as diversas condições produtivas da época, era inviável ampliar a produção de excedentes agrícolas direcionados ao comércio para além daquele que lhe permitiam adquirir as mercadorias estritamente indispensáveis, ou seja, os instrumentos de trabalho na lavoura, construção e outros produtos de utilização diária como sal, querosene e utensílios domésticos que justificavam as viagens para as cidades vizinhas, as quais

funcionavam como centros distribuidores. Entre as cidades que a comunidade mantinha relações de troca destacam-se Patrocínio e Paracatu-MG. Neste sentido, precisavam, produzir bens que pudessem ser trocados pelos gêneros de que necessitavam. A sua moeda de troca no mercado era a banha e a carne de suínos.

As viagens, geralmente longas, eram realizadas até a década de 1970, com carros de boi, o meio de transporte difundido no município durante várias décadas do século XX. Segundo o Sr. Gustavo Mendes da Silva, o morador mais idoso da comunidade, eram viagens difíceis, pois não tinham épocas definidas e a demanda por produtos industrializados era constante na comunidade. Nessa época quase não existia dinheiro, segundo o senhor Manuel: “o dinheiro era coisa rara, praticamente não existia, eram poucas as pessoas que tinham, só as pessoas mais abastadas”. Cada produto tinha o seu valor de troca previamente determinado, ou seja, todos sabiam quantos quilos de banha eram necessários para comprar tantos litros de querosene ou tantos quilos de sal bem como ferramentas e outros produtos. Portanto, mesmo vivendo sob a perspectiva da economia de pequenos excedentes, existiam relações de troca, o que indica graus relativos de isolamento da comunidade em relação aos centros urbanos, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Percebemos ao longo da pesquisa, principalmente nos diálogos informais, que a comunidade viveu momentos de autonomia relativa em relação ao mercado e sofreu transformações. Porém ainda não o suficiente para transformar totalmente alguns valores humanos e saberes culturais até a década de 1980.

A comunidade, a partir de sua memória coletiva, indicou que durante o período de 1930 a 1980, o mundo vivido era marcado predominantemente por relações comunitárias de um mundo rural repleto de estratégias e combinações, cujo ritmo das relações de produção e comunitárias pertenciam a um mundo cadenciado pelo seu tempo.

Neste sentido, entendemos que as técnicas foram adotadas e abandonadas de acordo com as necessidades do seu tempo, bem como a velocidade com que as inovações tecnológicas foram e serão adotadas dependem das imposições sociais que o grupo vier a sofrer. Não podemos nos esquecer de que as inovações no campo não têm origem necessariamente no campo, muitas vezes elas surgem nas cidades como consequência do desenvolvimento das atividades urbano-industriais.

As comunidades rurais do interior do Brasil foram, aos poucos, sendo influenciadas por tecnologias, novos processos produtivos e novos ritmos de produção. No caso da comunidade dos Bagres a transmissão de saberes mostra-se, um tanto comprometida, principalmente pelas inovações tecnológicas e também pelo processo de migração de jovens para as cidades da região.

De fato, algumas das técnicas desenvolvidas e usadas na comunidade foram esquecidas, pois entraram em desuso a partir da década de 1980, como a limpeza de arroz pro intermédio de pilões e monjolo, a produção doméstica de sabão com a utilização de cinzas vegetais e intestinos de suínos, a produção do coalho caseiro para a fabricação do queijo a partir da utilização de intestinos de bovinos, a utilização do fogo na agricultura e pecuária, o uso do tear e similares na produção caseira de fios e roupas, o armazenamento de alimentos em tulhas e a produção de cerâmicas.

Podemos afirmar que muitas dessas perdas deram-se pela comodidade e praticidade que a indústria trouxe como, por exemplo, o beneficiamento do arroz em máquinas, em vez do pilão ou monjolo.

Porém é importante considerar que, mesmo quando não existem influências externas, existem possibilidades de perdas na transmissão de técnicas e saberes e, elas existem pela própria superação que a comunidade realiza nos seus atos práticos, quer dizer, os mais jovens não conseguem absorver tudo aquilo que lhes foi repassado, porque vários saberes e conhecimentos entram em desuso e se tornam desnecessários para a reprodução da vida. Novas práticas podem ser elaboradas em substituição àquelas antigas.

Em verdade, a cultura de um determinado grupo de pessoas não é algo estático e nenhuma superestrutura que impõe a padronização de comportamentos. Porém quando a cidade e o urbano passam a influenciar, mais diretamente, a vida rural da comunidade dos Bagres, alguns saberes e conhecimentos técnicos tendem a sofrer reducionismo nas suas transmissões, trazendo, em consequência, o seu possível abandono. Assim, por haver tais perdas na transmissão de conhecimentos e técnicas de produção, cria-se fissuras, brechas importantes para a penetração e aceitação do que é difundido pelos meios de comunicação e disponibilizados pela sociedade urbano-industrial sob a forma de mercadoria. Não queremos afirmar com isso que as técnicas, os conhecimentos, as sabedorias, ou seja, o acervo cultural foi sumariamente, de um momento para outro,

eliminados, nem queremos afirmar que a simples chegada e adoção de novas tecnologias tomaram o espaço da produção na comunidade totalmente alterado inclusive criando sérias implicações no seu modo de vida.

Certamente a comunidade dos Bagres, aberta, relacionada ao mercado, ao urbano conhecerá outras realidades, contudo os membros que permanecem carregam traços daquilo que aprenderam e incorporaram em suas vidas durante um longo processo histórico que nos reporta às origens dos quilombos em Minas Gerais e no Brasil.

Dessa forma, mesmo que o processo de absorção de novas técnicas aconteça, entendemos que a homogeneização dos padrões de produção e de sociabilidade decorrentes da sociedade moderna é apenas uma possibilidade.

Considerações finais

Os resultados da nossa pesquisa tem demonstrado que a Comunidade dos Bagres se reproduziu de forma a manter relativa autonomia em relação ao mercado. Pois, reproduzindo-se como camponeses, os membros da comunidade tinham a seu favor possibilidades de promover o seu próprio sustento. Não que esta autonomia signifique isolamento econômico ou cultural, pois de forma mais ou menos intensa, ocorre contato do camponês com o mercado.

Reproduziram-se utilizando dos vários recursos comunitários de ajuda mútua como o mutirão e a troca de dias de trabalho de modo a permitir que tarefas inadiáveis como as colheitas fossem realizadas sem prejuízos para o produtor. É evidente que no imaginário camponês a segurança de todo o grupo está essencialmente relacionada à colheita de mantimentos.

O seu mundo vivido marcado pelos ritmos da natureza, pelas estações do ano, pela época das chuvas e de colheitas fartas, da seca e de tempos de carência. Marcado pela intensa relação com a natureza, o que o faz conhecer o tempo atmosférico, conhecer o momento de plantar, o momento de colher. Um mundo marcado pelo ritmo de trabalho intenso no plantio e na colheita, mas um mundo marcado pelos momentos de lazer e das festas que celebram a colheita.

Reproduziram-se utilizando das tecnologias disponíveis à época, através da tração animal, seja bois, cavalos junto com o trabalho braçal. Mas antes de tudo atentos ao que vem de fora e que possa ser incorporado no dia a dia da comunidade sem permitir que as inovações venham significar transformações intensas ou o fim dos seus modos de vida.

Desta forma a comunidade vive se reproduz promovendo metamorfoses a partir dos conteúdos sociais advindo de temporalidades diversas, ou seja, o clássico e o moderno. O que vem de fora, o novo produz estranhamentos, adaptações, produz transformações em seus modos de vida, mas não o eliminam, convive junto com o que é do lugar, com o que está enraizado. Desta forma, na comunidade dos Bagres o clássico e o moderno são contemporâneos, pois se fundem para produzir um espaço do diferente, o qual se encontra clivado por resíduos culturais, cujas transformações dependem das relações que a comunidade estabelece com o de dentro, o clássico e o de fora, geralmente o urbano, o moderno.

Notas

¹ O presente trabalho corresponde ao capítulo inicial da dissertação de Mestrado defendida em 23 de novembro de 2004 com o título de “As Heranças Culturais e as Relações de Produção na Comunidade dos Bagres no Município de Vazante (MG).”

Referências

BAIOCHI, M. N. **Kalunga: Povo da terra**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

BAIOCHI, M. N. **Negros de Cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás**. São Paulo: Ática, 1983.

BANDEIRA, M. L. **Território negro em espaço branco: Estudo antropológico de Vila Bela**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, C. R. **A folia de Reis em Mossâmedes**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1977.

_____, RAMALHO, J.R. **Campesinato goiano**. Goiânia: Ed.UFG,1986.

BUTTIMER, A. Aprendendo o dinamismo do Mundo vivido. In: **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193

CALDEIRA, C. **Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural**. São Paulo: Nacional, 1956.

CÂNDIDO. A. **Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 6^a ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

COSTA, P. C. Gomes da. Cultura ou civilização: a renovação de um importante debate. In: **Manifestações da cultura no espaço**. ROSENDAHL, Z. , CORREA, R. L. (Org.) Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. Tradução de Gílson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1977. p.1-34.

KROEBER, A. L. **A natureza da cultura**. Tradução de Teresa Louro Peres. Lisboa: Edições 70, 1993.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

MARTINS, J. de S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar nesse verão (O acerca das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo)**. 2. ed. Petrópolis. Vozes. 1988. p.43-61.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Camponeses**. São Paulo: Atica, 1986

OLIVEIRA, Pedro Machado de. **As heranças culturais e as relações de produção na comunidade dos Bagres – Vazante-MG**. 2004. 199f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEDROSO, C. **Folia de Reis: folclore encantado**. Uberaba: Carlos Pedroso, 2003.

QUEIROZ, R. S. **Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo sobre antropologia econômica**. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

RAMOS, A. **As culturas negras no novo mundo**. 4^a ed. São Paulo: Nacional, 1977.

SANTOS, R. J. **A produção camponesa virando negócio.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1993.

SCHWARCS, L. M.; SOUSA REIS, L. V. **Negras Imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1996.

SOUZA, E. F. **Entre o Fogo e o Vento: As Práticas de Batuques e o Controle das Emoções.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

VIEIRA, S. M. **Folia de Reis.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1987.

VOGT, C.; FRY, P. **Cafundó: a África no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WHITE, L. **O Conceito de Sistemas Culturais: como compreender tribos e nações.** Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

Recebido em 24/04/2012 Aceito para publicação em 30/08/2012.
